

# Muito salário por nada

MARIANA RAMOS

DA EQUIPE DO CORREIO

**A**s vésperas de receber uma lista do total de novos funcionários que precisarão ser contratados por ministérios do governo, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento revelou um número espantoso: atualmente há cerca de 2.000 funcionários públicos que não têm mais função em suas repartições e continuam recebendo salários. O prejuízo ultrapassa R\$ 54 milhões por ano.

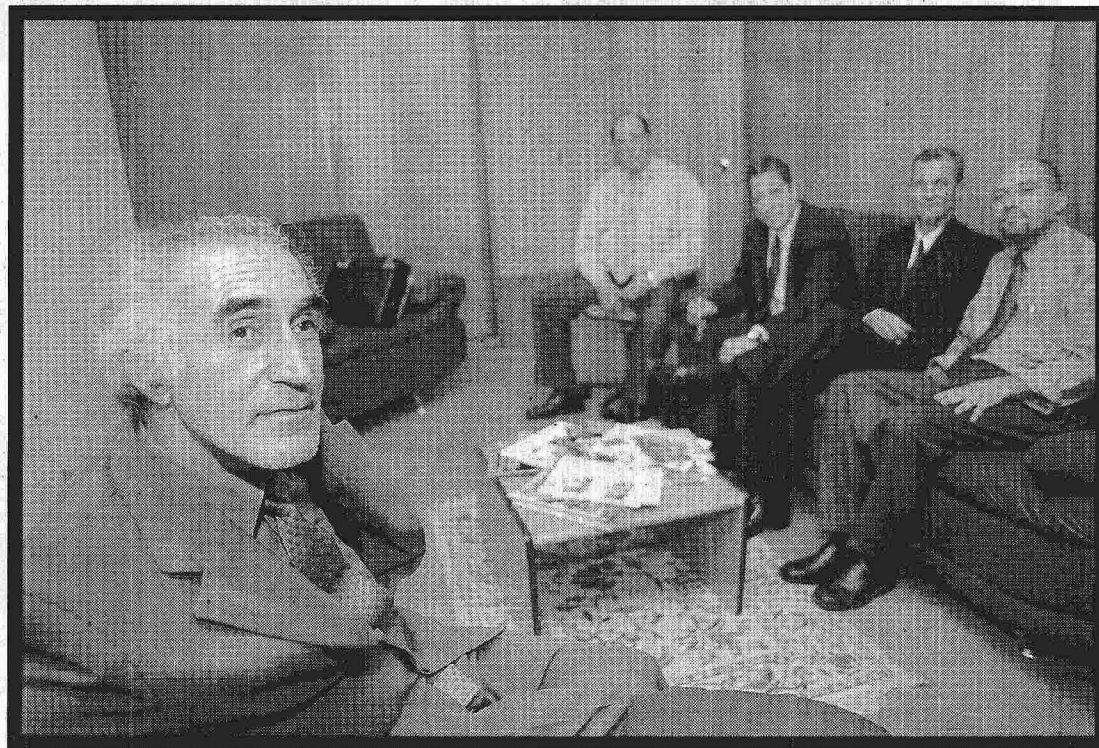
A maior parte desses trabalhadores pertencia ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), extinto em junho de 2001, dando lugar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O problema é que o DNER tinha um quadro com 3.708 funcionários e o DNIT absorveu apenas 2.400 deles. De acordo com a Lei 8.112, que rege os servidores públicos, esses trabalhadores não podem ser demitidos, o que acaba criando situações como essas. Além do 1.308 servidores do DNER, outros cerca de 700 de outros órgãos estão na mesma situação.

Hoje termina também o prazo para os ministérios entregarem uma lista com o número de funcionários que poderão ser colocados em disponibilidade. Até o fim do ano, a Secretaria de Recursos Humanos pretende criar normas que possibilitem que servidores nessa situação sejam aproveitados em outras autarquias.

O remanejamento de servidores é promessa antiga do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando assumiu a pasta do Planejamento, o ministro Guido Mantega afirmou que pediria aos órgãos um levantamento do pessoal existente e da necessidade de contratar novas pessoas. Esse trabalho começa a dar seus primeiros resultados.

O aproveitamento dos servi-

Adauto Cruz



LUÍZ CLÁUDIO CUSTÓDIO, FUNCIONÁRIO DISPONIBILIZADO PELO DNER: "NÓS QUEREMOS TRABALHAR"

dores que estão parados é prioridade para o Ministério do Planejamento. "Essa situação aconteceu por uma falta de planejamento do governo anterior", alfineta o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luís Fernando Silva.

Os servidores que estão parados também aguardam ansiosamente para serem realocados. De acordo com o artigo 41 da Constituição, quando o órgão onde um funcionário público é extinto ele é colocado à disposição do Ministério do

Planejamento e passa a receber proporcionalmente ao tempo de serviço prestado até que seja realocado. Os funcionários do DNER continuam recebendo o salário integral porque o órgão só será extinto oficialmente em agosto. A partir de então, seus vencimentos serão reduzidos.

"Temos que aproveitar esses servidores antes de mais nada",

afirma Silva. Ele diz que pretende remanejar o pessoal do DNER ainda neste semestre. "Pego um servidor que já tem a capacitação e já conhece o serviço público e além disso resolvo o problema de ele estar recebendo sem trabalhar."

Os sindicatos e associações dos funcionários públicos estão participando de várias reuniões com o governo para resolver a situação, mas têm algumas reivindicações. "Queremos que nossos colegas do DNER sejam lotados no Ministério dos Transportes, nas agências que regulam a área ou no DNIT", afirma Paulo de Moura, diretor da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef).

O secretário aponta para outra solução. "Tem a Procuradoria Geral Federal, que é um órgão público novo que está sendo estruturado. Os servidores seriam perfeitamente acomodados lá."

A preocupação dos funcionários dispensados pelo DNER po-



Acácio Pinheiro 17.03.03

## GESTÃO

**"TEMOS QUE APROVEITAR ESSES SERVIDORES ANTES DE MAIS NADA"**

*Luís Fernando Silva, secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento*

de ser traduzida pelo servidor Luiz Claudio Custódio, de 52 anos, desde 1982 no órgão. Mesmo sem função, ele e outros colegas continuam indo ao antigo local de trabalho. "Nós queremos trabalhar. Vamos à repartição todos os dias para não ficarmos de fora do círculo.", diz. Custódio afirma ainda que assina folha de ponto todos os dias. "Os antigos funcionários são responsáveis por fazer o inventário do DNER até o dia 12 de agosto, quando o departamento será extinto."

O governo nega a versão de Luiz Cláudio. "Eles não podem assinar nada, se responsabilizar por nada", explica o secretário Luiz Fernando Silva. "Alguns servidores estão indo para não perderem as negociações de novos cargos", diz Silva. Apenas alguns funcionários fazem o inventário. São os das comissões de inventário da sede ou dos antigos Distritos Rodoviários Federais.